Fundação Getulio Vargas
05/06/2008
Jornal do Commercio - RJ

Tópico: IBRE
Impacto: Positivo
Editoria: Especial

Cm/Col: 121
Pg: C-4

ÁGUA, A RIQUEZA COMPROMETIDA

ELIZABETH OLIVEIRA
DO JORNAL DO COMMERCIO

Considerado um País de recursos hídricos abundantes, o Brasil enfrenta um grande desafio no que se refere à proteção de seus rios, lagos, lagoas e outros mananciais: conter o crescente nível de degradação provocado pelo despejo de esgoto, que coloca em risco o abastecimento humano, a manutenção da biodiversidade, o desenvolvimento agrícola e demais atividades econômicas. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 47,8% dos municípios brasileiros não têm serviço de coleta de esgoto. Outros 32% apenas coletam e não tratam os dejetos, enquanto o nível de tratamento só atinge 20,2% das cidades em âmbito nacional.

De acordo com a recente pesquisa Trata Brasil: Saneamento e Saúde, desenvolvida pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a ONG Instituto Trata Brasil, com o atual nível de investimentos em obras de saneamento, o Brasil só universalizará o acesso a esgoto em 2122.

"A universalização do saneamento no País é essencial para melhorar os seus indicadores de desenvolvimento humano", afirma o presidente do Instituto Trata Brasil, Luis Felli.

O Brasil investe 0,22% do Produto Interno Bruto (PIB) em saneamento básico, um

ZIG KOCH/WWF

Recursos hídricos fartos

terço do que seria necessário para as obras de ampliação das redes de esgoto. O ideal seria 0,63% do PIB. "Com a atual taxa de crescimento de 1,59% da rede de esgoto, seriam necessários 56,5 anos para diminuir pela metade o déficit do saneamento básico no Brasil", reforçou Felli que, na tentativa de reverter esse quadro, reuniu um grupo de empresas e entidades, para formar o Instituto Trata Brasil.

Números divulgados pela Caixa Econômica Federal (CEF), segundo o presidente do Instituto, revelam que, de 2002 a junho de 2007, foram destinados R$ 6 bilhões para obras de saneamento e desembolsados apenas R$ 2 bilhões. O baixo nível de aplicação dos recursos do Governo federal, de acordo com Felli, se deve à incapacidade técnica dos municípios brasileiros de apresentarem projetos

viáveis nos quais o dinheiro disponível possa ser alocado.

Pelas contas de entidades como a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes), para atender aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da Organização das Nações Unidas (ONU), a redução pela metade da população sem água e esgoto até 2015 demandaria no Brasil investimentos de R$ 100 bilhões em oito anos. Isso garantiria água tratada para 9 milhões de habitantes e esgotamento sanitário para mais de 40 milhões de pessoas.

NÃO SÃO APENAS os recursos hídricos superficiais que sofrem risco de degradação ambiental, seja em rios, lagos e outros mananciais. As águas subterrâneas, ainda que em menor proporção, também podem ser afetadas, principalmente pelo despejo de esgotos. Quem afirma é o presidente da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas), Everton Oliveira, hidrogeólogo e doutor em Hidrogeologia de Contaminação pela Universidade de Waterloo, Canadá.

"Muitas são as possibilidades de se poluir as águas em geral, e as águas subterrâneas em particular, mas o elemento poluidor mais onipresente é o esgoto doméstico. Somos um país ainda mal servido pela coleta de esgotos, que se infiltram no solo, indo eventualmente parar nos aqüíferos. Uma fossa nada mais é do que um sistema de infiltração. Preocupante, não? Devemos nos lembrar que o problema água hoje é pauta mais por estarmos sujando a água que posteriormente iremos utilizar, do que pela sua escassez, uma vez que a quantidade de água do planeta é praticamente invariável. Esgoto doméstico é um vilão, sem dúvida", alerta Oliveira.

Segundo o hidrogeólogo, as águas de chuva, ao atingirem a superfície do solo, dividem-se em uma parte que escoa superficialmente, indo alimentar diretamente os rios e lagos, e outra que se segue para os aqüíferos. "Esse fenômeno chama-se recarga e é o responsável pela realimentação da água que aparece nos poços e, em grande parte, pelas águas que fluem nos rios e drenagens superficiais. Muitos rios do Nordeste do Brasil são alimentados quase que exclusivamente por água subterrânea. A qualidade da água subterrânea depende, em princípio, da interação com o material geológico que compõe o aqüífero e de possíveis alterações causadas pela introdução de poluição", esclarece.

No Brasil, de acordo com o presidente da Abas, há uma forte tradição pelo uso de águas superficiais. "Quando se fala em água, sempre são mencionados os mananciais de superfície: represas, lagos, rios, córregos. Entretanto, para surpresa de muitos, no Estado de São Paulo, o mais desenvolvido da Federação, aproximadamente 50% dos municípios são abastecidos exclusivamente por águas subterrâneas. Nosso país deve orientar-se pelo uso da água subterrânea em toda sua potencialidade. Os Estados precisam de leis adequadas para a gestão correta do uso deste recurso, além de se equiparem para sua preservação, uma vez que o esgoto doméstico é o principal poluente potencial de nossos aqüíferos e é função do Estado fazer sua coleta", defende.

Oliveira lembra que na região Sudeste fica o maior aqüífero do mundo, o Sistema Aqüífero Guarani, que armazena um total de 45 mil quilômetros cúbicos como reserva permanente que pode ser utilizada e que é recomposta pela infiltração das águas de chuva.

"Cada cidadão precisa de 200 litros de água por dia e um quilôn etro cúbico corresponde a um bilhão de litros. Bons poços no Guarani produzem mais de 400 milhões de litros por hora. São números fantásticos e animadores". Claro que nem todo aqüífero é o Guarani, diz ele, "assim como nem toda água superficial é um rio Amazonas". "Mas há abundância no país e a gestão integrada dos recursos hídricos deve orientar o uso racional desta imensidão de recursos", acrescenta.